

Pelo Voto Facultativo

Rubem Braga

CITEI outro dia aqui um lema do Estado Novo — «não há mais intermediários entre o governo e o povo» — feito para justificar a extinção do Parlamento. O lema era bonito, mas os intermediários continuaram havendo. Apenas não discutiam em voz alta nas assembléias ou na imprensa; cochichavam nas ante-salas e corredores dos palácios (ou nas mesas dos cassinos) ajeitando negócios e negociatas. Surgiram varios órgãos consultivos e executivos, às vèzes com atribuições conflitantes; tudo era difficil ou impossivel quando não havia um «amigo do fulano» para «empurrar o papel». Cedo descobriu-se que o lema secreto e efetivo do regime era «criar dificuldades para vender facilidades».

O atual regime é, ao que tudo indica, bem mais honrado em assuntos de dinheiro, falando de um modo geral. Criou, porém, no terreno politico, um «poder de barganha» tão excessivo que não merece honradamente esse nome; não gosto, por temperamento, de usar expressões fortes, e não usarei a palavra chantagem no lugar de barganha: o leitor adote a que quiser.

Veja-se o caso do sr. Kubitschek. Até outro dia era êle um homem tão carregado de crimes que se julgava imprescindivel interrogá-lo diariamente durante horas e horas; não foi respeitada sua condição de ex-presidente da República mesmo porque, segundo informou o sr. Luis Viana em uma carta ao advogado do réu, carta escrita em nome do marechal presidente, êle não tinha hierarquia militar — como se hierarquia fôsse propriedade de uma casta, e só fôsse digno de respeito e consideração quem usa ou já usou farda.

A tortura pela chateação levou o réu às portas da morte — o que, aliás, teve de ser comprovado por médicos devidamente fardados; cuja ciência deve ser mais séria que a dos paisanos. Alardeou-se por todos os meios que havia contra êle provas terriveis de crimes de corrupção e subversão; esses crimes precisavam ser punidos. Pois agora nada disso tem importância: o réu pôde embarcar para o estrangeiro. Não estou condenando o arranjo, estou apenas tomhando nota...

O marechal Castelo Branco deu ontem uma entrevista firme: não desertará de seu dever e irá até o término de seu mandato: os governos eleitos nos Estados tomarão posse, pois êle já declarou não «permitir uma revoluçãozinha que se proponha, em nome da Revolução, a impedir a posse dos eleitos». Excelentes declarações: não teremos, ao menos pelo momento, aquela incrível composição salazarista que fez de Portugal, ao cabo de 40 anos, um dos países mais atrasados de toda a Europa. Respondendo, porém a uma última pergunta, o presidente informa que os IPMs continuarão, que abertura de IPM é procedimento normal para qualquer crime de alcada da Justiça Militar, e que esta, agora, tem a sua competência ampliada para todos os casos de atentado à segurança nacional, inclusive a segurança interna.

Não era preciso o marechal dizer isso: nós todos lemos o Ato Institucional número 2. Os governadores tomarão posse — ah, isto é sagrado! Mas isso não quer dizer que não se descubra, agora — que eles foram eleitos e diplomados, crimes terriveis que poderão levá-los à cadeia... A menos, é claro, que se faça algum arranjo para que fulano renuncie ou sicrano governe estritamente de acôrdo com as ordens de tal ou qual autoridade, nomeando fulano ou sicrano para seu secretário ou para diretor de tal serviço ou de tal banco ou autarquia.

A verdade é que não preciso fazer nenhuma «revoluçãozinha» para evitar que Joaquim ou Manuel governe: basta usar o «procedimento normal» que dá no mesmo.

Muito bem! Não quero sugerir que se acabe com as eleições. Eleição é uma coisa bonita, democrática, indispensável. Apenas sugiro que o voto não seja mais obrigatorio, seja facultativo — para que ao cidadão se faculte pelo menos o direito de não voltar à toa...

DN - 11. 11. 65